

30 de setembro a 4 de outubro
Ponta Grossa - PR - Brasil

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DA RACIONALIDADE À CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

PUBLIC ADMINISTRATION - RATIONALITY CONTEMPORARYITY: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alessandro Roberto Rocha, UFES, Brasil, alessandro.rocha@hotmail.com

Gigliara Segantini de Menezes, UFES, Brasil, gigliara@hotmail.com

Isabel Matos Nunes, UFES, Brasil, isabel.nunes@ufes.br

Julien Chiquiéri, UFES, Brasil, julien.chiquieri@ufes.br

Wellington Gonçalves, UFES, Brasil, wellington.goncalves@ufes.br

Resumo

A proposta deste estudo é explorar o status de pesquisa e tendência de desenvolvimento do campo sobre conceitos contemporâneos aplicados ao serviço público por meio de uma análise bibliométrica de publicações acadêmicas. Para viabilização deste estudo foi utilizada a metodologia *ProKnow-C*[®] que permitiu realizar comparações e análises bibliométricas. Os dados secundários foram extraídos da plataforma científica *Web of Science*[®], os quais foram geridos pelo instrumento bibliográfico *EndNoteWeb*[®]. Conforme sugere a metodologia, foi elaborado um Portifólio Bibliográfico contendo os resultados das consultas às referidas bases. Assim, foram obtidos um quantitativo de 287 artigos, os quais subsidiaram a realização deste estudo. O trabalho ilustra as influências históricas que permearam no processo evolutivo das teorias administrativas até culminarem com os paradigmas da contemporaneidade, especificamente sob o enfoque da inovação e do empreendedorismo aplicados à Administração Pública. Achados atualizados são relatados, o que pode auxiliar pesquisadores a entender a tendência da pesquisa, contribuir para a busca de colaboradores científicos e, otimizar as escolhas de tópicos de pesquisa.

Palavras-chave: Inovação; Empreendedorismo; Setor público.

Abstract

The purpose of this study is to explore the field research and developmental status of contemporary concepts applied to the public service through a bibliometric analysis of academic publications. In order to make this study viable, the ProKnow-C[®] methodology was used to make comparisons and bibliometric analyzes. The data were obtained from the scientific platform Web of Science[®], which were managed by the bibliographic tool EndNoteWeb[®]. As suggested by the methodology, a Bibliographic Portfolio was prepared containing the results of the consultations to said bases. therefore, 287 articles were obtained, which subsidized the accomplishment of this study. This work illustrates the historical influences that permeated the evolutionary process of administrative theories, culminating in contemporary paradigms, specifically under the innovation and entrepreneurship approach applied to Public Administration. Updated findings are reported, which may help researchers understand the trend of research, contribute to the search for scientific collaborators, and optimize the choices of research topics.

Keywords: Innovation; Entrepreneurship; Public sector.

1. INTRODUÇÃO

Desde o período da primeira Revolução Industrial, a racionalidade vem recebendo maior consistência nas sociedades ocidentais, sobretudo nas organizações formais, comportando-se como a mola propulsora para a evolução dos processos produtivos e para o desenvolvimento organizacional (Bertero, 1992). Esta afirmação vai ao encontro das concepções de “*A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*” propostas por Max Weber (1967), ao afirmar que a base para o surgimento do capitalismo está pautada na racionalidade da ação humana.

Neste sentido, o conceito de racionalidade instrumental, também conhecido por “razão subjetiva”, indica a capacidade do ser humano em coordenar os meios corretos para o alcance de uma finalidade (Adorno e Horkheimer, 1985). A leitura desta concepção sob o âmbito da Administração Pública brasileira denota que os modelos de gestão existentes vêm sendo amparados por um arcabouço baseado na ideologia da racionalidade, que sofre influência dos meios de transformação em cada momento histórico.

No atual contexto, a era tecnológica apresenta-se como o cenário que tem estimulado os agentes públicos a adotar medidas inovadoras por meio de ações empreendedoras (Zwick et al., 2012; Carvalho, 2012) na tentativa de ampliar a oferta de serviços ao cidadão, utilizando-se de menos recursos, e direcionando esforços em prol de parcerias entre os diversos setores da economia.

Nesse cenário de transformações, é perceptível que uma significativa parcela das empresas do setor privado vem implementando mudanças nos modelos de gestão, adaptando suas estratégias, adotando ações empreendedoras e inovadoras para sobreviver num mercado cada vez mais competitivo, contudo, tais avanços não estão ocorrendo na intensidade e velocidade necessária no campo da Administrações Pública, notadamente nos países em desenvolvimento (Matias-Pereira, 2018).

Assim, este trabalho teve por objetivo analisar de que forma os temas “inovação” e “empreendedorismo” tem sido abordados no âmbito do setor público, e como eles têm impactado na Administração Pública da contemporaneidade.

Para a realização da pesquisa recorreu-se a análise bibliométrica, cujo portfólio bibliográfico foi elaborado com base na plataforma científica *Web of Science*[®]. Foram utilizados o *EndNoteWeb*[®] na gestão das referências e o instrumento de intervenção *Knowledge Development Process - Constructivist (ProKnow-C)*[®] para a sistematização do procedimento metodológico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A Administração Pública pode ser definida como o conjunto de órgãos e entidades destinados a satisfazer, de forma regular e contínua, as necessidades sociais demandadas pelo cidadão (Matias-Pereira, 2014). Os modelos Patrimonialista, Burocrático e Gerencial compreendem o arcabouço histórico de administração pública no Brasil, sendo que o primeiro desqualifica o conceito de “administração pública” pois suas premissas não se direcionam ao interesse coletivo (Bresser-Pereira, 1998). Destaca-se, pois, que as configurações propostas por cada modelo sofreram influências do contexto histórico e da cultura política sendo que o processo evolutivo desses modelos debruça sobre as pressões sociais e econômicas do Estado (Santos, 2015).

O modelo Patrimonialista, predominante no século XIX, corresponde ao período histórico da consolidação do Estado republicano, independente, porém contendo fortes traços do Estado Colonial Português, autoritário e escravocrata (Souza, 2006 *apud* Santos, 2015), o qual veio afetar a cultura de gestão pública brasileira que ainda conserva elementos típicos de suas raízes históricas como o nepotismo, o patrimonialismo e o coronelismo (Valadares et al., 2013) – práticas dissonantes em um século caracterizado pelo apogeu da primeira revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos – evidenciando a disparidade brasileira que ainda predominava uma economia agrícola, baseada na monocultura e no latifúndio cafeeiro (Costa, 2008).

No século XX, com os reflexos da segunda revolução industrial no Brasil, percebia-se um movimento de expansão das indústrias e empresas de grande porte no âmbito da iniciativa privada (Santos, 2015), enquanto na iniciativa pública inexistia um aparato governamental estruturado (Bresser-Pereira, 1998). O Modelo Burocrático surge, portanto, propondo uma nova forma de organizar o Estado – revelando-se o modelo ideal para a época – ao estabelecer um modelo racional, caracterizado por um conjunto de normas e regulamentos na execução do serviço público, suplantando processos empíricos que desfavorecia o controle e a organização do trabalho (Abrucio, Pedroti, & Pó, 2014).

A partir da década de 70, o advento da tecnologia e da informação culminou com a terceira revolução industrial, e no mesmo período, em meio à crise global do petróleo e consequentemente a crise fiscal brasileira, o Modelo Burocrático mostrava-se incompatível diante do dinamismo e das influências do novo contexto mundial (Abrucio, 1997). Com o intenso debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade do Estado, somados ao discurso do gerencialismo internacional, promovidos pelos governos Inglês e Norte-americano, culmina no Brasil a Reforma do Estado na década de 90 (Paes de Paula, 2005), emergindo uma nova concepção de serviço público baseado na desburocratização do Estado e na orientação dos esforços do governo em prol do atendimento às demandas dos cidadãos (Santos, 2015). O Modelo Gerencial seria utilizado no setor público brasileiro para diminuir os gastos e aumentar a eficiência governamental, vinte anos após a sua idealização em países desenvolvidos (Paes de Paula, 2005), contudo, se o modelo não recebesse adaptação e flexibilidade compatíveis com a natureza do trabalho e a cultura nacionais, o mesmo incorreria em um modelo irracional fadado ao insucesso (Abrucio, 1997).

O Modelo Gerencial, conhecido no âmbito internacional como *New Public Management* está imbricado pela racionalidade instrumental (Zwick et al., 2012) no tocante à flexibilização da gestão pública, especificamente por propor a transposição da ênfase aos meios para ênfase à finalidade da instituição (Abrucio, 1997), apresentando-se como referência para os três níveis governamentais – federal, estadual e municipal – visto que parte da profissionalização e do uso de práticas de gestão do setor privado nas organizações públicas (Paes de Paula, 2005). No entanto, mesmo após 20 anos da sua adoção, percebe-se que ele ainda não se encontra, de fato, consolidado na esfera pública brasileira (Denhardt e Catlaw, 2017), devido à dificuldade de conciliar a relação entre os aspectos técnicos e políticos da gestão pública e pela rigidez do governo na expansão dos meios de interlocução com a sociedade (Collins, 2000 *apud* Paes de Paula, 2005).

A partir da década de 90, o mercado submetia-se às transformações decorrentes da consolidação da terceira revolução industrial – fase marcada pela transição do uso da tecnologia mecânica pela digital nas atividades industriais – por meio da expansão da computação e da criação da internet (Matias-Pereira, 2018). Desenvolvia-se a sociedade da informação, o embrião para a quarta revolução já estava evidenciado no cenário global que

cada vez mais reduzia-se as distâncias entre as nações, ampliava-se as relações comerciais e, com isso, maiores reflexos nos modelos de gestão tanto no setor público quanto privado permeavam as organizações brasileiras (Miranda, 2000).

No campo governamental, Neves, Guimarães & Júnior (2017) destacam que os países desenvolvidos têm se mostrado pioneiros na inovação da gestão pública: no Reino Unido nasceu o *joined-up government*; na Austrália avança a criação do *whole-of-government*; na Nova Zelândia foi implantada a governança colaborativa. Todas estas práticas inovadoras permeiam o novo paradigma de Governança Pública mundial, trazendo o princípio básico de integração, articulação e colaboração entre governo e sociedade, evidenciando as tendências da contemporaneidade, mas que ainda não se faz presente no Brasil. A Figura 1 ilustra os paradigmas da Administração Pública:

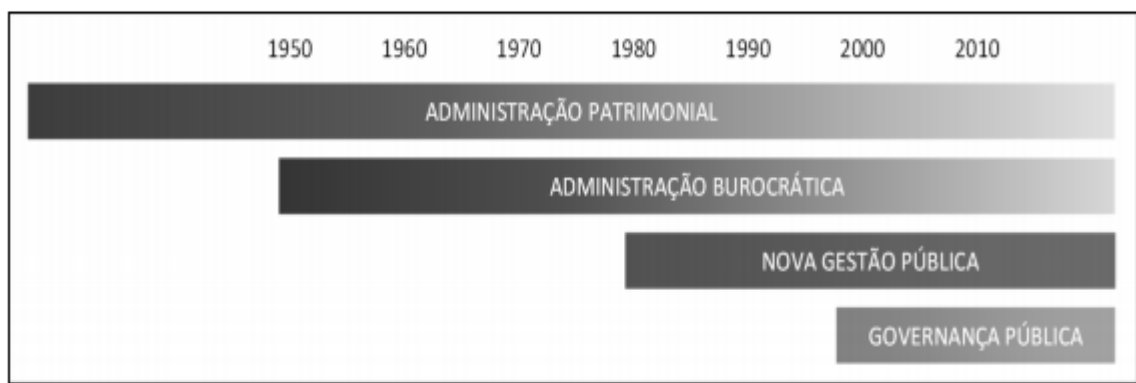


Figura 1 – Evolução dos paradigmas da administração pública
Fonte: Neves, Guimarães & Júnior (2017)

2.2 RACIONALIDADE PARA EVOLUÇÃO

No campo organizacional, a racionalidade muito se expressa por meio das Teorias Organizacionais revelando performances evolutivas, em conformidade com as influências dos meios de produção de cada momento histórico (Bertero, 1992).

No trabalho de Frederick Winslow Taylor (1911), a busca pela eficiência administrativa se consolidou através dos estudos de tempos e movimentos, promovendo o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a maximização dos resultados. Ora, se no início do século XX – auge da segunda revolução industrial – o empirismo representava a irracionalidade, “*Os princípios de Administração Científica*” propostas pelo “pai” da administração veio suprir esta lacuna no ambiente industrial, ao propor um novo *modus operandi* baseado na “ciência” administrativa (Taylor, 1911).

Posteriormente, o funcionalismo das contribuições de Henri Fayol constituiu o papel do administrador que, em vez de se ocupar com funções operacionais rotineiras, propôs uma ação *top-down* com ênfase na cúpula, estabelecendo-se 14 princípios gerais que norteariam as funções da gestão, além de propor as cinco etapas do processo administrativo consideradas o “ordenamento racional” para as companhias dos anos 20 (Fayol, 1925).

Mais tarde, na tentativa de suprir a demanda industrial por meio de “habilidades sociais”, George Elton Mayo (1933) e colaboradores criticaram a ênfase atribuída somente às “habilidades técnicas”, contrapondo-se à realidade do ocidente que via-se ascendendo de organizações formais, repletas de profissionalização técnica, porém com deficiência no

relacionamento interpessoal. A lógica na década de 30, era oferecer “humanização” às indústrias e a Teoria das Relações Humanas inseriu no ambiente corporativo o conceito de *homo social* (Mayo, 1933).

Partindo-se para a década de 40, a Teoria da Burocracia – a qual sustenta o Modelo Burocrático de administração pública até os dias atuais – tem como um de seus pilares a racionalidade instrumental, proposta pelo sociólogo alemão, Max Weber (1967). Esta racionalidade aplicada às organizações está relacionada com as expectativas sobre o comportamento dos seres humanos: elas servem como meios para um determinado ator atingir fins, que seriam “racionalmente perseguidos e calculados” (Riesebrodt, 2012). “Uma estrutura social, racionalmente organizada, envolve padrões de atividade claramente definidos, nos quais, segundo a maneira ideal, cada série ou conjunto de ações está funcionalmente relacionado com os propósitos da organização (Merton, 1959 *apud* Bertero, 1992, p. 14).

Sob o enfoque Estruturalista – o qual contempla a Teoria Estruturalista e a Teoria Geral de Sistemas (a partir do final da década de 50 até meados dos anos 90) – as organizações formais compõem um sistema aberto, considerados parte da sociedade total. Esta premissa favorece às organizações ocidentais, pois estão pautadas em posturas pragmáticas, de neutralidade emocional, objetividade e priorização do interesse coletivo, características consoantes ao típico modelo de organização formal “as sociedades não ocidentais não poderão organizar-se formalmente e se o fizerem cairão fatalmente na ineficácia, pois o *ethos* não ocidental condicionará inevitavelmente tais tipos de resultados (Bertero, 1992, p.27).

No período correspondente ao pensamento Estruturalista, surge o movimento da terceira revolução industrial, o qual amplia a capacidade de controle e inovação das organizações formais, por meio dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação – STICs, possibilitando-as manifestar a racionalidade sob a forma de ferramentas tecnológicas, capazes de promover a inovação que impulsionou o segmento rumo à quarta revolução industrial (Carvalho, 2012).

3. TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise bibliométrica consiste na aplicação de métodos e técnicas qualitativas e, ou quantitativas que servem para elucidar variações de comportamento em um determinado campo da pesquisa científica (Bakker et al., 2005). Além disso, esse tipo de análise promove a obtenção de achados e informações úteis para pesquisadores e especialistas, que buscam entendimento e avaliação da atividade científica (Bornmann & Mutz, 2015).

O instrumento de apoio que pode ser aplicado nas pesquisas bibliométricas, e que este estudo recorre, foi desenvolvido no ano de 2010 como uma ferramenta auxiliar para a seleção de trabalhos acadêmicos, denominado “*Knowledge Development Process – Construtivist*” (*ProKnow-C*)[©].

O método foi desenvolvido e patentado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Laboratório de Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão (LabMCDA), por Ensslin et al. (2010), com o objetivo de sistematizar a realização de uma análise sobre trabalhos, autores e periódicos em qualquer área de conhecimento, utilizando-se de quatro etapas a saber: (i) seleção de Portfólio Bibliográfico (PB); (ii) análise bibliométrica; (iii) análise sistêmica; e (iv) formulação de perguntas e objetos de pesquisa. Devido a natureza deste estudo, e o objetivo

proposto, foi necessária apenas a aplicação das etapas (i) e (ii), sem prejuízos aos resultados esperados. O modelo adotado apresenta-se em destaque (tracejado) na Figura 2:

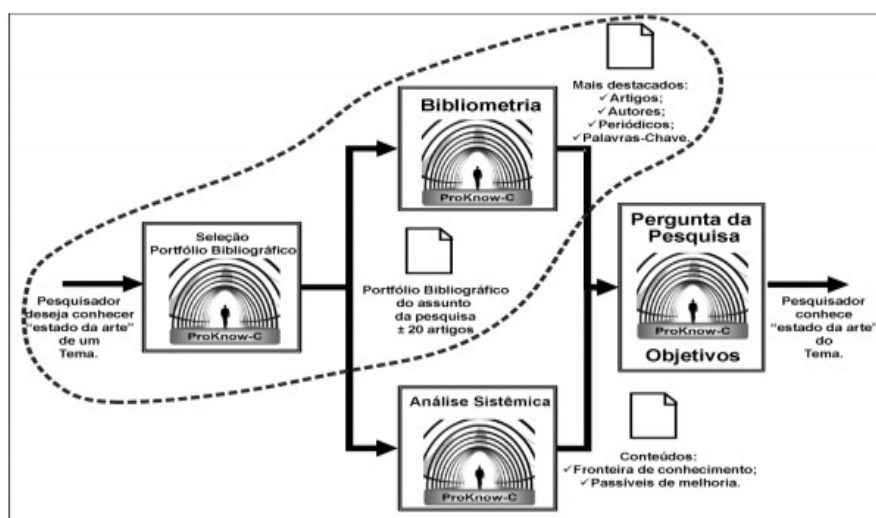


Figura 2 – Detalhamento das etapas do ProKnow-C©
Fonte: Ensslin et al. (2010)

Como plataforma, este trabalho utilizou a base de dados *Web of Science*® (*WOS*), a qual contém um repositório com inúmeros documentos de variados campos da pesquisa científica. De acordo com Bakker et al. (2005), e Bornmann e Mutz (2015), a *WOS* disponibiliza dados sobre a produção, disseminação, colaboração e impacto de trabalhos científicos, o que permite realizar triangulações de dados e, a geração de análises verticais e horizontais bibliométricas. As literaturas utilizadas neste trabalho foram selecionadas com emprego das palavras-chave: “*innovation*”, “*entrepreneurship*” e “*public sector*”.

Assim, como o escopo deste trabalho foi analisar como tem sido abordado nas literaturas relacionadas a administração pública os temas "empreendedorismo público" e "inovação", um importante desafio desta abordagem metodológica foi suprimir literaturas que não estivessem relacionadas a algum dos temas pesquisados.

Desta forma, a base de dados preliminar (BAB) foi estabelecida com artigos selecionados relevantes para o escopo do trabalho, que eram acessíveis a partir da base de dados *Web of Science*® - Coleção Principal (*Clarivate Analytics*)®. Nesse banco de dados estão contidas a descrição de parâmetros como: nomes de autores, título, periódico, ano, referências bibliográficas, resumo, palavras-chave.

Outra importante abordagem está no uso de contagem de números inteiros para medir a contribuição de coautores para uma literatura. A partir disso, caso um artigo possuísse diversos autores de diferentes continentes ou nacionalidades, esse artigo foi afiliado a cada um desses continentes ou nacionalidades, havendo assim, um artigo creditado a cada um dos continentes ou nacionalidades envolvidos. Com isso, neste trabalho, um dado artigo pode explicar um fenômeno em múltiplos países e continentes.

4. RESULTADOS

Aplicando-se a metodologia *ProKnow-C*[®], a primeira etapa consistiu na inserção das *tags*, “*innovation*”, “*entrepreneurship*” e “*public sector*” na base *Web of Science (WOS)*. A pesquisa retornou 287 publicações as quais foram submetidas à verificação de procedência, permitindo identificar que a maioria destas são de origens norte-americana (17,4%) e inglesa (12,9%). As publicações brasileiras totalizaram 7 artigos no primeiro levantamento, o que representa apenas 2,4% do total.

Foi realizada também uma análise temporal o que permitiu constatar que a delimitação cronológica compreendeu o período entre 1993 e 2019, sendo 2014 o ano médio das publicações. A maior produção foi observada no ano de 2017 com 47 artigos publicados correlatos às *tags*.

Posteriormente, a fim de concluir a formação da Base de Artigos Bruto (BAB) procedeu-se com a categorização das publicações, por meio do recurso “*Categorias do Web of Science*[®]”, o qual gerou o Mapa de Árvore 1, que categoriza as obras em áreas de conhecimento:



Mapa de árvore 1 – Categorização do BAB
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A classificação por categorias em áreas de conhecimento facilita a identificação de publicações voltadas ao assunto de interesse, desprezando-se os artigos que não contemplam assunto específico da investigação.

Deste modo, a partir da categorização do BAB ficou evidenciado que das 287 publicações iniciais, apenas 30 abordam diretamente o tema proposto neste ensaio: “*Public Administration*” ou Administração Pública, sendo que nenhuma delas é de origem nacional. O período em que estas foram publicadas compreende os anos de 1998 a 2019, sendo 2010 o ano médio das publicações. As 30 produções científicas acumulam, em conjunto, 685 citações perfazendo uma média de 22 citações por artigo.

Finalizando a primeira etapa, a BAB foi submetida a um tratamento analítico, por meio da ferramenta *EndNote®Web*, a fim de se obter o Portfólio Bibliográfico que fundamentou o presente estudo.

O primeiro critério estabelecido visou selecionar as publicações nacionais, contudo, nas 30 publicações do BAB não havia artigo de procedência brasileira. Posteriormente, foi estabelecido o critério de artigos com maior relevância, ou seja, foram selecionadas as obras que acumulam em conjunto 90% do total das citações do BAB. Logo, o Portfólio Bibliográfico foi concluído contemplando 12 artigos publicados entre 1998 e 2017, conforme apresentado na Tabela 1:

| PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO | | | | |
|---|--|-------------|----------------|------|
| AUTORES | TÍTULO DO ARTIGO | Nº CITAÇÕES | CITAÇÕES ACUM. | ANO |
| Borins, S | Loose cannons and rule breakers, or enterprising leaders? Some evidence about innovative public managers | 133 | 19,42% | 2000 |
| Hartley, Jean; Sorensen, Eva; Torfing, Jacob | Collaborative Innovation: A Viable Alternative to Market Competition and Organizational Entrepreneurship | 94 | 33,14% | 2013 |
| Bernier, Luc; Hafsi, Taieb | The changing nature of public entrepreneurship | 72 | 43,65% | 2007 |
| Moon, MJ | The pursuit of managerial entrepreneurship: Does organization matter? | 71 | 54,01% | 1999 |
| Bartlett, D; Dibben, P | Public sector innovation and entrepreneurship: Case studies from local government | 55 | 62,04% | 2002 |
| Currie, Graeme; Humphreys, Mike; Ucbasaran, Deniz; McManus, Steve | Entrepreneurial leadership in the english public sector: paradox or possibility? | 50 | 69,34% | 2008 |
| Lovell, Heather | The role of individuals in policy change: the case of UK low-energy housing | 39 | 75,04% | 2009 |
| Morgan, Kevin | Nurturing novelty: Regional innovation policy in the age of smart specialisation | 29 | 79,27% | 2017 |
| Vigoda-Gadot, Eran; Shoham, Aviv; Schwabsky, Nitza; Ruvio, Ayalla | Public sector innovation for Europe: A multinational eight-country exploration of citizens' perspectives | 29 | 83,50% | 2008 |
| Mack, W. R.; Green, Deanna; Vedlitz, Arnold | Innovation and Implementation in the Public Sector: An Examination of Public Entrepreneurship | 21 | 86,57% | 2008 |
| Ennew, C; Whynes, D; Jolleys, J; Robinson, P | Entrepreneurship and innovation among GP fundholders | 15 | 88,76% | 1998 |
| Kim, Younhee | Stimulating Entrepreneurial Practices in the Public Sector: The Roles of Organizational Characteristics | 12 | 90,51% | 2010 |

Tabela 1 – Portfólio Bibliográfico
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A segunda e última etapa da pesquisa compreendeu a análise bibliométrica das 12 obras, com destaque ao periódico norte-americano *Public Administration Review* que apresenta quatro incidências no portfólio (Moon, 1999; Borins, 2000; Bernier e Hafsi, 2007; Hartley, Sorensen e Torfing, 2013) perfazendo 60% de todas as citações. Dentre estas, duas obras do século XX já abordavam os impactos do empreendedorismo no setor público dos EUA, há quase vinte anos.

Achados de Moon (1999) sugerem o desdobramento das características da organização pública em três dimensões: estrutura, cultura e ambiente, ao considerar o empreendedorismo gerencial, sendo necessário o fortalecimento da cultura organizacional para a plena manifestação do empreendedorismo. A obra de Borins (2000) afirma que o empreendedorismo se revela por meio de ações proativas, ou seja, os empreendedores públicos devem antecipar às situações problemáticas propondo soluções inovadoras, antes mesmo destas serem demandadas.

Nas produções norte-americanas (Bernier e Hafsi, 2007; Hartley et al., 2013) e na produção inglesa (Barlett e Dibben, 2002) a escolha de estratégias para melhorar a inovação pública possui caráter situacional e não absoluto, devendo considerar o contexto do ambiente e o modelo de gestão predominante na instituição. Hartley et al. (2013) sugerem que no modelo *New Public Management*, orienta-se o empreendedorismo voltado à concorrência de mercado; no Modelo Pós-burocrático, enfatiza-se o empreendedorismo organizacional; e na Governança Colaborativa, o empreendedorismo está centrado no envolvimento entre organizações nos setores público, privado e sem fins lucrativos.

A produção inglesa de Currie, Humphreys, Ucbasaran e McManus (2008) revela nuances das duas obras norte-americanas do século passado. Primeiramente, os autores apontam que o empreendedorismo do setor público se apoia sobre três elementos: “o *stakeholder*”, “o empreendedor” e “o político” – apresentando similaridade com a produção de Moon (1999). Além disto, os autores afirmam ainda que o empreendedor do setor público deve identificar as oportunidades de mercado dentro do cenário político, a fim de otimizar o potencial de inovação de desempenho das instituições públicas, mostrando similaridade com a obra de Borins (2000).

Ainda sob a perspectiva das produções inglesas, Lovell (2009) afirma que as ações dos empreendedores políticos devem estar alinhadas, e em estreita colaboração com as políticas públicas do governo. Morgan (2017) salienta que medidas colaborativas capazes de promover maior governança regional são obtidas por meio de uma especialização inteligente por parte dos agentes públicos, os quais recorrem a processos inovadores na proposição de políticas públicas. Nesse sentido, Ennew et al. (1998) corroboram ao afirmar que há evidências de empreendedorismo na tentativa de redução de ineficiência, e na adoção de práticas inovadoras no serviço público.

5. CONCLUSÃO

Há de se reconhecer que, historicamente, a racionalidade tem se apresentado como a força motriz que induz a busca de novas perspectivas a favor do desenvolvimento, e das principais transformações percebidas no contexto organizacional. As reformas administrativas no Brasil e no exterior demonstram que a busca do *the best way* transcende o século da Administração Científica .

Por meio da revisão de literaturas e da análise bibliométrica foi possível identificar que a literatura nacional carece de pesquisas voltadas ao setor público que contemplam temas contemporâneos como “inovação” e “empreendedorismo”, fato que pode ser constatado pela ausência de publicações na base de dados utilizada. As principais descobertas deste ensaio que transcende as fronteiras nacionais, demonstram que a inovação do setor público afeta a confiança e a satisfação dos cidadãos com a administração pública; assim como impacta no desempenho das organizações deste setor. As práticas públicas de empreendedorismo podem

ser uma das melhores alternativas para otimizar a governança e atender à demanda dos cidadãos.

No setor público brasileiro, tais avanços não tem ocorrido na intensidade e velocidade necessárias para acompanhar as transformações do presente século (Matias-Pereira, 2018). O principal entrave é decorrente da ausência de ações e medidas por parte dos dirigentes políticos, que se mostram equidistantes em relação a necessidade da criação de uma competência capaz de aplicar as inovações tecnológicas para modernizar a máquina governamental.

Novas tecnologias advindas da quarta revolução possibilitam melhorias na produtividade e competitividade da administração pública, e os seus efeitos benéficos poderiam refletir no funcionamento da economia, na redução da burocracia e na oferta bens e serviços públicos com qualidade para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. L. (1997) O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *Cadernos ENAP*. Brasília: ENAP.
- Abrucio, F. L., Pedrotti, P., & Pó, M. V. (2010). A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: Loureiro, M. R., Abrucio, F. L., Pacheco, R. S. (Org.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 27-72.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zaha.
- Ates, H. (2004). Management as an agent of cultural change in the Turkish public sector. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 14(1), 33-58. doi:10.1093/jopart/muh003
- Bakker, F. G., Groenewegen, P., & Den Hond, F. (2005). A bibliometric analysis of 30 years of research and theory on corporate social responsibility and corporate social performance. *Business & society*, 44(3), 283-317.
- Bartlett, D., & Dibben, P. (2002). Public sector innovation and entrepreneurship: Case studies from local government. *Local Government Studies*, 28(4), 107-121. doi:10.1080/714004159
- Berman, E. M., Chen, D. Y., Wang, X. H., & Liu, I. (2019). Executive Entrepreneurship in National Departments. *Administration & Society*, 51(6), 855-884. doi:10.1177/0095399717701523
- Bernier, L., & Hafsi, T. (2007). The changing nature of public entrepreneurship. *Public Administration Review*, 67(3), 488-503. doi:10.1111/j.1540-6210.2007.00731
- Bertero, C. O. (1992). Teoria da organização e sociedades subdesenvolvidas. *Revista de Administração de Empresas*, 32(3), 14-28.
- Borins, S. (2000). Loose cannons and rule breakers, or enterprising leaders? Some evidence about innovative public managers. *Public Administration Review*, 60(6), 498-507. doi:10.1111/0033-3352.00113
- Bornmann, L., & Mutz, R. (2015). Growth rates of modern science: A bibliometric analysis based on the number of publications and cited references. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 66(11), 2215-2222.
- Bresser-Pereira, L. C. (1998) Da administração pública burocrática à gerencial. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

- Brooks, C., Vorley, T., & Williams, N. (2016). The role of civic leadership in fostering economic resilience in City Regions. *Policy Studies*, 37(1), 1-16. doi:10.1080/01442872.2015.1103846
- Brown, L. (2009). Innovation in Public Sector Services: Entrepreneurship, Creativity and Management. *Public Management Review*, 11(3), 393-394. doi:10.1080/14719030902860345
- Cardamone, P., Pupo, V., & Ricotta, F. (2015). University Technology Transfer and Manufacturing Innovation: The Case of Italy. *Review of Policy Research*, 32(3), 297-322. doi:10.1111/ropr.12125
- Carvalho, F. C. A. (2012). *Gestão do Conhecimento*. São Paulo: Pearson.
- Chen, T. J. (2006). *How to foster entrepreneurship by government public policy: A comparative analysis between China, EU and USA*.
- Clark, A. F. (2016). Toward an Entrepreneurial Public Sector: Using Social Exchange Theory to Predict Public Employee Risk Perceptions. *Public Personnel Management*, 45(4), 335-359. doi:10.1177/0091026016669169
- Costa, F. L. (2008). Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública, 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, 42(5), 829-874.
- Cummings, C. (2015). Fostering Innovation and Entrepreneurialism in Public Sector Reform. *Public Administration and Development*, 35(4), 315-328. doi:10.1002/pad.1735
- Currie, G., Humphreys, M., Ucbasaran, D., & McManus, S. (2008). ENTREPRENEURIAL LEADERSHIP IN THE ENGLISH PUBLIC SECTOR: PARADOX OR POSSIBILITY? *Public Administration*, 86(4), 987-1008. doi:10.1111/j.1467-9299.2008.00736.x
- Ennew, C., Whynes, D., Jolleys, J., & Robinson, P. (1998). Entrepreneurship and innovation among GP fundholders. *Public Money & Management*, 18(1), 59-64. doi:10.1111/1467-9302.00105
- Ensslin, L.; Ensslin, S. R.; Lacerda, R. T. O.; Tasca, J. E. (2010). ProKnow-C, Knowledge Development Process- Constructivist. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil.
- Fayol, H. (1925). *Administration Industrielle et Générale*. Paris: Dunod.
- Hartley, J., Sorensen, E., & Torfing, J. (2013). Collaborative Innovation: A Viable Alternative to Market Competition and Organizational Entrepreneurship. *Public Administration Review*, 73(6), 821-830. doi:10.1111/puar.12136
- Holbrook, J. A. (2010). Innovation in Public Sector Services: Entrepreneurship, Creativity, and Management. *Science and Public Policy*, 37(2), 161-162.
- Johnston, L., & Blenkinsopp, J. (2017). Challenges for civil society involvement in civic entrepreneurship: a case study of local enterprise partnerships. *Public Money & Management*, 37(2), 89-96. doi:10.1080/09540962.2016.1266151
- Jordan, S. R. (2014). THE INNOVATION IMPERATIVE An analysis of the ethics of the imperative to innovate in public sector service delivery. *Public Management Review*, 16(1), 67-89. doi:10.1080/14719037.2013.790274
- Kearney, C., & Meynhardt, T. (2016). Directing Corporate Entrepreneurship Strategy in the Public Sector to Public Value: Antecedents, Components, and Outcomes. *International Public Management Journal*, 19(4), 543-572. doi:10.1080/10967494.2016.1160013
- Kim, Y. (2010). Stimulating Entrepreneurial Practices in the Public Sector: The Roles of Organizational Characteristics. *Administration & Society*, 42(7), 780-814. doi:10.1177/0095399710377432
- Llewellyn, N., Lewis, P., & Woods, A. (2007). Public management and the expansion of an entrepreneurial ethos? *Public Management Review*, 9(2), 253-267. doi:10.1080/14719030701340424

- Lovell, H. (2009). The role of individuals in policy change: the case of UK low-energy housing. *Environment and Planning C-Government and Policy*, 27(3), 491-511. doi:10.1068/c0878j
- Mack, W. R., Green, D., & Vedlitz, A. (2008). Innovation and Implementation in the Public Sector: An Examination of Public Entrepreneurship. *Review of Policy Research*, 25(3), 233-252. doi:10.1111/j.1541-1338.2008.00325.x
- Matias-Pereira, J. (2014) *Curso de Administração Pública: Foco nas instituições e ações governamentais*. São Paulo: Editora Atlas.
- Mayo, G. E. (1933). *The Human Problems of Industrial Civilization*. New York: Macmillan.
- Mele, V., & Ongaro, E. (2014). Public Sector Reform in a Context of Political Instability: Italy 1992-2007. *International Public Management Journal*, 17(1), 111-142. doi:10.1080/10967494.2013.849168
- Mirka, W. (2017). Barriers to the Development of the Operations of Social Enterprises in the Czech Republic. In L. Matejova (Ed.), *Proceedings of the 21st International Conference Current Trends in Public Sector Research* (pp. 418-424).
- Moon, M. J. (1999). The pursuit of managerial entrepreneurship: Does organization matter? *Public Administration Review*, 59(1), 31-43. doi:10.2307/977477
- Morgan, K. (2017). Nurturing novelty: Regional innovation policy in the age of smart specialisation. *Environment and Planning C-Politics and Space*, 35(4), 569-583. doi:10.1177/0263774x16645106
- Paula, Ana P. P. (2005) *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Riesebrodt, M. (2012) A ética protestante no contexto contemporâneo. *Tempo Social (USP)*, São Paulo, 24(1), 159-182.
- Santos, C. S. (2015). *Introdução à gestão pública*. São Paulo: Saraiva.
- Smith, E., & Umans, T. (2015). Organizational Ambidexterity at the Local Government Level: The effects of managerial focus. *Public Management Review*, 17(6), 812-833. doi:10.1080/14719037.2013.849292
- Taylor, F. W. (1911). *The principles of scientific management*. New York: Harper & Brothers
- Valadares, J. L., Costa, K. G. S., Silva, E. A. & Luquini, R. A. Brasil e Angola: convergências e divergências epistemológicas sobre os modelos de administração pública. *Revista de Ciências da Administração*, 15(36), 131-142.
- Vigoda-Gadot, E., Shoham, A., Schwabsky, N., & Ruvio, A. (2008). Public sector innovation for Europe: A multinational eight-country exploration of citizens' perspectives. *Public Administration*, 86(2), 307-329. doi:10.1111/j.1467-9299.2008.00731.x
- Weber, M. (1967). *A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira.
- Wildmannova, M. (2016). Blank Spots in Social Business Activities. Case Study at the Local Level. In D. Spalkova & L. Matejova (Eds.), *Proceedings of the 20th International Conference on Current Trends in Public Sector Research* (Vol. 20, pp. 432-440).
- Zhang, Q., Larkin, C., & Lucey, B. M. (2017). Universities, knowledge exchange and policy: A comparative study of Ireland and the UK. *Science and Public Policy*, 44(2), 174-185. doi:10.1093/scipol/scw047
- Zwick, E., Teixeira, M. P. R., Pereira, J. R., & Vilas Boas, A. A. (2012). Administração pública tupiniquim: reflexões a partir da Teoria N e da Teoria P de Guerreiro Ramos. *Cadernos EBAPE*, Rio de Janeiro, 10(2), 284-301.